

## UMA SILHUETA NAS SOMBRAS: O LUGAR DO HISTORIADOR NOS MUSEUS HISTÓRICOS DOS CAMPOS GERAIS, PR<sup>1</sup>

Karen Kremer<sup>2</sup>

Ana Carolina Torrens<sup>3</sup>

### Resumo

Embora a profissão de historiador não seja oficialmente regulamentada pelo Estado, sua existência é um fato inegável e imprescindível para o trabalho nas instituições de guarda de memória, em especial, os museus. Deste modo, a presença deste profissional da história figura em um outro olhar sobre o acervo dos museus, uma visão crítica e científica, porém, seu lugar ainda é incerto nas próprias instituições de cunho histórico. A partir de visitas técnicas realizadas a alguns dos principais museus históricos dos Campos Gerais, no Paraná, o presente trabalho se propõe a discutir a importância do historiador, seu papel nos museus históricos e como a ausência da atuação deste reflete negativamente nos museus, culminando em um espaço expositivo e discurso museal elitista e não-questionador.

**Palavras-chave:** Historiador, Museus, Discurso, Campos Gerais, Memória

## A SILHOUETTE IN THE SHADOWS: THE HISTORIAN'S PLACE IN THE HISTORICAL MUSEUMS OF THE CAMPOS GERAIS-PR

### Abstract

Although the profession of historian is not officially regulated by the Brazilian State, its existence is an undeniable and indispensable fact for working in institutions of memory, especially museums. In this way, the presence of this professional of history is another look at the collection of museums, a critical and scientific view, but its place is still uncertain in the institutions of historical nature. Based on technical visits to some of the main historical museums of Campos Gerais, in Paraná, the present work proposes to discuss the importance of the historian, his role in historical museums and how the absence of his work reflects negatively in museums, culminating in an exhibition space and elitist and non-questioning museological discourse.

**Keywords:** Historian, Museums, Discourse, Campos Gerais, Memory

---

<sup>1</sup> Artigo resultado das atividades da disciplina de Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico, ministrada pela Doutoranda Elizabeth Johansen, em 2014, no curso de Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

<sup>2</sup> Bacharel em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Game Design pela Universidade Positivo. Historiadora do programa Smithsonian Transcription Center, do Museu Smithsonian, em Washington, EUA.

<sup>3</sup> Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

## **Oblivion historiográfico**

Se fosse o século XIX, seria compreensível a construção de uma história heroica e nacionalista ao moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (GUIMARÃES, 1988), mas não, se tratava da construção da história em uma escala regional por meio dos discursos expositivos do Museu Histórico da Lapa<sup>4</sup>, Parque Histórico de Carambeí<sup>5</sup>, Museu Paranaense<sup>6</sup>, Museu do Tropeiro<sup>7</sup>, Casa da Sinhara<sup>8</sup> e o Museu Campos Gerais<sup>9</sup>.

O problema não reside em fazer um discurso museal a favor da história da cidade ou região em questão, mas a forma em como isto é feito. Os museus, casas de memória, centros de documentação, entres outras instituições de memória possuem um tema continente que norteia todo seu acervo, porém, isso não significa fazer um discurso expositivo que abranja ou exalte apenas personagens históricos considerados importantes ou pertencentes à elite – gerais, coronéis, juizes, doutores, advogados, entre outros. Onde estão os outros agentes históricos regionais? Indígenas, negros, mulheres, crianças e famílias de baixa renda que não fazem parte da história?

Quando se vai a um museu é comum se deparar com peças ou objetos que fizeram parte da história de certo indivíduo ou grupo de pessoas. Porém antes mesmo de expor essas peças e levar a história ao conhecimento do público, há o trabalho de conservação, preservação e de guarda desses documentos, assim como posteriormente o trabalho da seleção de peças que constituirão a exposição sobre determinado tema. Para fazer esse trabalho, que antecede a exposição em si, é fato que o museu necessita de vários profissionais atuando em conjunto, pois devemos ter em mente que essa instituição é um espaço interdisciplinar. De acordo com Cândido (2009, p. 03):

[...] independente do modelo museológico, de uma instituição museológica ser mais ou menos tradicional, ela sempre deverá ter o amparo interdisciplinar, embora haja disciplinas mais reforçadas em diferentes perfis institucionais, como vimos. Os museus devem manter um diálogo atualizado com a produção do conhecimento e nas diferentes áreas com o pensamento contemporâneo. (CÂNDIDO, 2009, p. 03)

<sup>4</sup> Localizado no município de Lapa, no Paraná.

<sup>5</sup> Localizado no município de Carambeí, no Paraná.

<sup>6</sup> Localizado na capital do Paraná, Curitiba.

<sup>7</sup> Localizado no município de Castro, no Paraná.

<sup>8</sup> Localizada no município de Castro, no Paraná.

<sup>9</sup> Localizado no município de Ponta Grossa, no Paraná.

Logo, além do museólogo, o arquivista e o historiador, é importante a atuação de profissionais de outras áreas em conjunto nas instituições museológicas. Mas porque a figura do museólogo ou do arquivista são vistas como mais importantes quando se trata de atuar dentro do museu histórico? Por que isso não cabe, na mesma proporção, ao historiador?

O trabalho do bacharel em história deveria ser a base dos museus, uma vez que é uma área que tem por princípio pensar o todo da instituição museal. Neste âmbito, o papel do historiador se faz crucial: problematizar o acervo, dar uma nova conotação a documentação dos museus históricos e aproximar a instituição da comunidade. Por exemplo, organizar uma exposição que leve ao público o conhecimento da história dos vencidos e silenciados, fazendo com que o visitante possa sair da instituição questionando seu espaço social, pois o museu além de entreter deve formar pensadores da sociedade a qual se vive.

Sem a presença do historiador ou com uma participação diminuta do mesmo dentro das instituições de memória, tais locais de guarda transformam-se em um lugar de celebração à determinados segmentos da sociedade, bem como excluem um público que não se sente representado pelas exposições. É função do museu histórico criar um ambiente que alcance os diversos setores da sociedade, não apenas grupos e pessoas específicas.

Por meio de um olhar clínico sobre a atuação do historiador nos museus citados, percebeu-se como o papel do mesmo dentro da sua própria área de atuação é limitado. Na maioria dos museus visitados, o historiador exerce o papel, quase único, de um arquivista. Certamente, isto é parte das funções do historiador, mas esse foco numa única atividade pela quase totalidade dos profissionais nos museus históricos dos Campos Gerais, região do Estado do Paraná, é preocupante, pois revela a visão estereotipada do bacharel em história. O papel do historiador vai muito além dos arquivos, está no espaço expositivo, na arte do museu, na pesquisa científica e na produção de instrumentos de pesquisa.

Em vista disto, nota-se um esquecimento das funções do historiador dentro dos próprios museus históricos. Assim, o presente trabalho almeja discutir o papel do profissional de história nos museus históricos dos Campos Gerais, questionar se esta situação é intencional ou reflexo de um campo escasso e expor a cultura elitista dominante nestes museus, oriundas da falta do historiador nestas instituições.

Tendo como base as visitas técnicas realizadas no de 2014 no Museu Histórico da Lapa, Parque Histórico de Carambeí, Museu Paranaense, Museu do Tropeiro, Casa da Sinhara e Museu Campos Gerais, bem como os textos de Elizabeth Johansen (2010), Angela Ribeiro Ferreira (2010), Benito Bisso Schmidt (2008), Luis Fernando Cerri (2005) e Ulpiano Bezerra de Menezes (1992), o artigo almeja uma análise clara e objetiva sobre a atuação do historiador nos museus históricos dos Campos Gerais.

### **Historiador transitório, memória hierarquizada**

Quando se pensa em museu, se pensa em história e quando se pensa em história, se pensa em historiadores, certo? Não de acordo com os museus históricos dos Campos Gerais. Das seis instituições visitadas, apenas uma justificou a falta de conflitos expositivos e justamente no museu ao qual o historiador tem um papel de destaque: o Museu Paranaense.

Esta simples informação revela muito, senão todo o cerne deste trabalho.

Observamos, nos cursos de graduação em História, cada vez mais, a criação de disciplinas voltadas à atuação do historiador nos espaços de guarda, organização e publicização do patrimônio histórico-documental, tanto na forma de cursos teóricos, quanto de estágios curriculares. Iniciativas como essas são extremamente bem-vindas, pois possibilitam ao estudante um primeiro contato com instituições como arquivos e museus, suas formas de organização, técnicas de conservação e restauro, elaboração de instrumentos de busca, atendimento ao público, educação patrimonial, etc., ampliando o foco para incluir não só o “historiador consulente”, como também o “historiador do outro lado do balcão”, ou seja, o profissional de história que deverá prestar serviços aos pesquisadores e à comunidade em geral. (SCHMIDT, 2008, p. 189)

Em alinhamento com a afirmação de Schmidt (2008), os cursos de graduação em História, especialmente o bacharelado, têm se aprofundado e dedicado a inclusão dos estudantes em sua área de atuação: os museus, casas de memória, bibliotecas, arquivos, e outras instituições de guarda. No caso da região dos Campos Gerais, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é uma referência nacional de ensino e possuidora da graduação em bacharelado em História, o que torna aos museus históricos dos Campos Gerais um acesso mais fácil a profissionais especializados na área. Contudo mesmo com um curso na área e com estudantes interessados em atuarem como historiadores, os museus históricos dos Campos Gerais possuem um número baixo destes profissionais da

história em seu corpo técnico, delegando tarefas pertinentes ao historiador à profissionais e pessoas de outras áreas.

Nos atendo ao curso de graduação de bacharelado em História da UEPG, podemos perceber o contato que o futuro historiador tem com a área de arquivos e museus, aprendendo desde os procedimentos mais básicos necessários para a guarda e conservação de documentos à organização de uma exposição, pensar o acervo como objeto de reflexão e produzir instrumentos de pesquisa. Esse profissional abarca a maior parte do que os cursos de museologia e arquivística ensinam. Além do historiador ser um pesquisador também é de sua competência atuar nos museus históricos, tanto quanto o arquivista e o museólogo.

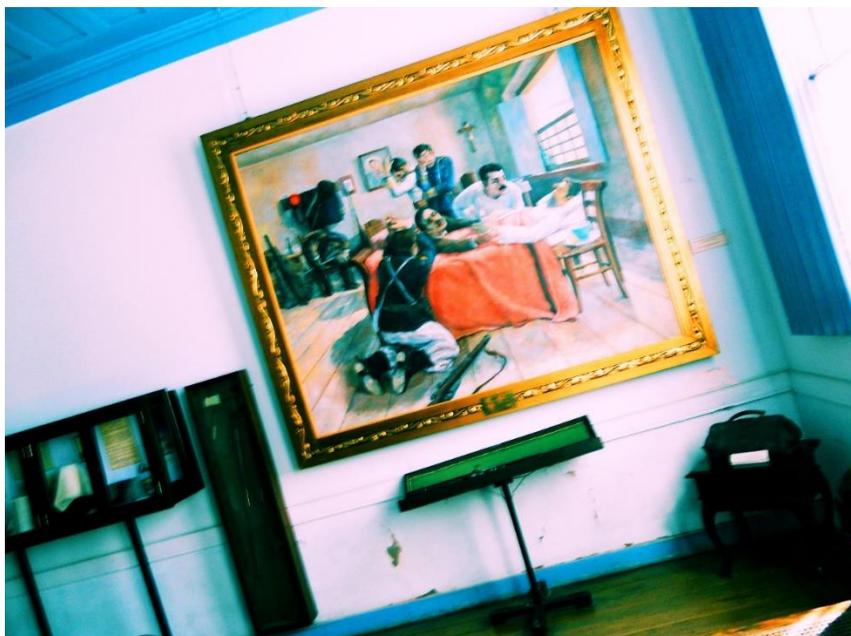
Para Meneses (1992) o escopo do museu histórico deve ser o conflito expositivo, os olhares diferentes, as histórias omitidas ou relegadas ao segundo plano. Contudo, para isto ser realidade nas instituições museais o papel do historiador é vital:

Os museus históricos sempre se sentiram constrangidos em incluir em seu horizonte o universo do trabalho - porão da História, que armazena discretamente os conflitos, tensões, rupturas sem glória. É necessário trazer o tema à tona, se se quiser qualquer vínculo com o conhecimento histórico. (MENESES, 1992, p. 09)

Assim, iniciaremos a análise dos museus históricos visitados com o Museu Histórico da Lapa. Localizado na casa construída na segunda metade do século XIX por Pedro Fortunato de Souza Magalhães, uma construção feita de madeira prensada com massa. Alugada para o museu, foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1938, mas ainda pertence à família Magalhães. O local foi onde ocorreu o falecimento do Coronel Gomes Carneiro em 1894, considerado o herói da cidade da Lapa.

De temática sobre o Cerco da Lapa, episódio da Revolução Federalista em 1894, o museu expõe um discurso oficial do heroísmo das tropas republicanas, os chamados pica-paus em sua luta contra os maragatos – federalistas – contrários ao sistema presidencialista de governo. Exaltando a figura do herói na pessoa do Coronel Gomes Carneiro, a instituição apresenta um conjunto de móveis, armas, roupas e outros objetos referentes à sua temática, inclusive o mobiliário de um tribunal.

**Figura 1** – Museu Histórico da Lapa: espaço expositivo destinado a memória do Coronel Gomes Carneiro, postumamente condecorado como General



. Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

A monitoria se inicia logo no Centro de Informações Turísticas, antes mesmo de se chegar ao Museu Histórico da Lapa, com um vídeo institucional repleto do discurso oficial do heroísmo de Carneiro. O vídeo, construído com o apelo audiovisual do cinema, se utiliza do fotodrama, ilusões de profundidade e movimento, criadas a partir da projeção de fotografias estáticas (BERNARDET, 2001), e a própria dramatização, com atores atuando e representando os personagens da referida época. A utilização deste segmento das Artes Visuais realça o discurso oficial da cidade por meio de um impacto visual construído com este objetivo e apresenta o que será o museu: um espaço para a exaltação do episódio do Cerco da Lapa e a Revolução Federalista.

O Museu Histórico da Lapa possui um discurso oficial de heroicização cuja ideologia mostra a completa ausência do historiador para questionar e trazer um novo olhar ao acervo de tema continente. A instituição se apresenta como Museu Histórico da Lapa, porém conclui-se que há todo um histórico dos diversos momentos, movimentos e classes sociais da Lapa. Todavia, predomina veemente a memória militar atrelada à Revolução Federalista. E esta ausência de problematização se dá pela não existência do historiador na instituição, ao qual tem um corpo de funcionários formado por cinco pessoas com graduação em Estética, Direito e Enfermagem.

O Parque Histórico de Carambeí, espaço museal com origem no ano 2000, não é exatamente um museu histórico, porém, foi incluído nas análises realizadas nos Campos Gerais por sua relevância e influência na memória da cidade de Carambeí, respingando até mesmo nas instituições museais de temática holandesa da colônia de Castrolanda em Castro.

Constituído ao todo por cinco áreas temáticas, o Parque Histórico de Carambeí possui uma Casa da Memória, construção antiga que expõe na parte inferior do local equipamentos que eram usados nas fazendas, além de uma maquete mostrando como era o parque no início de sua construção. Na parte superior, há algumas réplicas dos espaços da vila histórica – outra área da instituição, construída em 2010 e 2011 para comemorar o centenário da vinda dos holandeses para o Brasil –, como a escola ou a casa do imigrante holandês e dentro desses espaços encontram-se objetos doados por famílias de holandeses.

A vila histórica é uma réplica das primeiras construções de vila holandesa de meados dos anos de 1911 e 1950, feitas em Carambeí. Assim como o museu anterior, o Parque Histórico de Carambeí também constrói um discurso fortemente elitizado onde o imigrante holandês foi um povo tradicionalista e abastado, cujas vitórias são resultado de sua força de vontade ao vir para o Brasil para construir uma vida melhor. Todavia, como o parque se propõe a falar sobre a história de Carambeí, por que há, majoritariamente, apenas o personagem do imigrante holandês? Carambeí não é constituído de outras etnias e mesmo de imigrantes pobres? (OLIVEIRA, 2011; FRAGA, 2011). Fica à pergunta.

O parque histórico contém aproximadamente trinta funcionários, composto por jardineiros, profissionais de manutenção, seis monitores, estagiários dos cursos de Turismo e Geografia, e somente um formado em História, o qual atua na profissão de historiador. Porém, há ausência de mais profissionais do curso de bacharelado em História, acarretando em um discurso hegemônico das elites. Sem esse profissional, a instituição acaba agindo em benefício da memória imigrante holandesa, não contemplando os outros indivíduos e grupos que fazem parte da história de Carambeí.

Nos voltando para Ponta Grossa, temos uma instituição que anseia abranger a memória dos Campos Gerais. Atualmente em um prédio emprestado do banco Itaú, o Museu Campos Gerais se localiza em um local provisório, até a restauração e reabertura do prédio original, construído em 1928 e que abrigava o antigo fórum de Ponta Grossa.

Centrado nos Campos Gerais, mas com maioria do acervo sobre Ponta Grossa, o museu é constituído de exposições de temáticas variadas, sejam de longa-duração ou de curta-duração. A exemplo de exposições de longa-duração temos o Acervo Dilma Osório, Acervo Força Expedicionária Brasileira, Acervo Nelson Bueno de Cordeiro, Coleção de Paleontologia, Coleção Índios do Brasil, Coleção de Entomologia de Felipe Justus e o tribunal do Júri do Antigo Fórum, conjuntos que integram o espaço expositivo cotidianamente.

**Figura 2** – Museu Campos Gerais: exposição de longa duração contempla uma mulher de letras.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Dono de um espaço museal mais eclético e que integra camadas da sociedade quase inexistentes no Museu Histórico da Lapa e o Parque Histórico de Carambeí, como a presença do indígena, a paleontologia e a botânica, temas estes que inclusive possuem espaços próprios e visibilidade para o público, o Museu Campos Gerais apresenta uma visão menos elitizada do que as duas instituições anteriores. Porém, a falha está

novamente em um corpo técnico sem muito da atuação do historiador. Formado por treze funcionários, sendo a então diretora com formação em História e entre um ou dois estagiários da mesma área, o número de historiadores é pequeno, bem como, há necessidade de destacar que estes profissionais estão na função de estagiários, ou seja, não compõem a equipe técnica efetiva do museu. Essa transitoriedade dos profissionais acarreta problemas de continuidade em trabalhos em andamento, bem como, não contempla o profissional formado para exercício de sua profissão.

Transportando-nos para Castro, discorreremos uma análise conjunta sobre o Museu do Tropeiro e a Casa da Sinhara, complementos um do outro. Construção mais antiga da cidade de Castro, o prédio original do Museu do Tropeiro estava em restauração durante o período da visita técnica. Portanto, a instituição criada em 1977, estava abrigada em outro imóvel, datado do final do século XVIII.

A maior parte dos objetos expostos pertenceram as famílias de tropeiros que viveram na região. Vestimentas, espadas, quadros, utensílios de cozinha ou de trabalho, móveis que pertenceram a igreja, entre outras peças formam o discurso museal de tropeirismo. Entretanto, é importante destacar que apesar de seu nome referir-se unicamente a figura do tropeiro, o Museu do Tropeiro abriga exposições e documentações que vão além do tropeirismo, mas que abrangem também a história de Castro e região.

**Figura 3** – Museu do Tropeiro: trajes típicos e utensílios de uso dos tropeiros.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

O Museu do Tropeiro contava com seis funcionários, sendo dois formadas em História. Deste modo, a instituição apresenta pessoas adequadas no campo de formação profissional para um museu, entretanto, ainda é um número ínfimo de historiadores em atuação em museus históricos dos Campos Gerais.

Extensão do Museu do Tropeiro, a Casa da Sinhara – dedicada ao tema Mulheres no Tropeirismo – foi inaugurada em 2004, sendo anteriormente uma escola. Reunindo objetos emprestados ou doados de diferentes famílias da cidade, o interior do espaço museal representa o mais próximo possível o modelo de casa de elite do século XVIII. A construção de taipa, pilão e estuque com paredes bem espessas foi edificada por escravos e é o segundo imóvel mais antigo da cidade, construída por famílias dos tropeiros.

**Figura 4** – Casa da Sinhara: móveis luxuosos, quadros e fotografias compõem o espaço expositivo destinados à memória das mulheres da classe alta.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

A Casa da Sinhara apresenta um discurso elitista, pois a mulher ali representada é a mulher de classe alta, deixando de lado as mulheres pobres ou afrodescendentes. Por exemplo, no espaço expositivo destinado a cozinha, encontrava-se um manequim da mulher negra, reforçando a ideia de que o papel desta mulher era renegado aos fundos da casa, na cozinha, no trabalho. Este tipo de organização de exposição mostra com clareza a ideologia discursiva do profissional atuante no museu. Aliás, profissionais sem qualificação adequada, mas um corpo técnico composto unicamente por dois estagiários e um segurança, sendo nenhum com formação em História. Apesar da Casa da Sinhara ser uma extensão do Museu do Tropeiro, isto não exclui sua responsabilidade de colocar o profissional da história como parte de seu corpo técnico.

À medida que avançamos nas análises dos museus históricos dos Campos Gerais, mais constatamos a falta do historiador e diagnosticamos a carência de problematização e ressignificação da história exposta nos museus, o que, inevitavelmente, culmina em um discurso de permanência das elites. Todavia, reside na última instituição museal o trato adequado ao profissional da história, o Museu Paranaense.

Fundado em 1876 no Largo da Fonte, hoje Praça Zacarias, em Curitiba. O Museu Paranaense atualmente ocupa sua sétima sede, o Palácio São Francisco, construído em 1929 e adquirido por Manuel Ribas, sendo sede do governo do Paraná entre os anos de 1938 e 1954. Além da casa tombada, a instituição também possui um anexo moderno, construído em 2002 com o objetivo de servir ao museu, no entanto, sua estrutura inadequada – que incluiria visitar as dependências do museu de carro – não deu certo. Então, há portões inutilizáveis, devido seu fim completamente impróprio, para manter o cuidado do acervo do museu.

As exposições contemplam as áreas de Antropologia, Arqueologia e História, com foco em História Natural. A monitoria, de responsabilidade do setor educativo da instituição é bem instruída e agradável, inclusive, destacando a falta de conflito nas exposições, personagens que não aparecem por não se ter um acervo destes setores da sociedade, mas que estão presentes nos textos e no discurso da monitoria com os visitantes, agregando um valioso conhecimento sobre a história do que está em exposição e do que não está em exposição, o discurso implícito.

O corpo técnico do museu é composto por aproximadamente quarenta pessoas, sendo que o setor de História, quatro, uma historiadora e três estagiários. Oriundos de

diversas formações, os funcionários são das áreas de História, Artes Plásticas, Técnicos em Museologia, Arqueologia, Antropologia, os responsáveis pela segurança e manutenção, bibliotecárias e educadores da Secretaria da Educação.

Mas afinal, qual a diferença do Museu Paranaense para as demais instituições? Simplesmente por dar ao historiador seu devido lugar. Na instituição, a historiadora chefe exerce sua função como tal, não atuando apenas no trabalho de arquivos e documentação, mas como pesquisadora e organizadora de exposições. Produzindo academicamente para o próprio museu e proporcionando outro olhar aos acervos expostos.

**Figura 5** – Museu Paranaense: projetor de cinema integrante a exposição sobre o tcheco naturalizado brasileiro Vladimir Kozák, quem filmou o território e a cultura paranaense entre as décadas de 1940 e 1950.



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

No entanto, apesar da presença do papel do historiador, o Museu Paranaense também não sai isento quanto ao número destes profissionais atuando de forma definitiva no corpo técnico do museu histórico. Mais uma vez a figura do estagiário aparece, longe de considerar isto algo inadequado, porém, os museus históricos deveriam pensar na efetivação de profissionais graduados em História, especialmente do bacharelado, para um trabalho permanente no local.

No caso dos arquivos, essa periódica descontinuidade de estagiários afeta negativamente o trabalho de catalogação e digitação de arquivos, uma vez que cada profissional tem um olhar próprio sobre o acervo e o organiza segundo sua bagagem cultural e metodológica.

Assim, após a análise dos seis museus históricos dos Campos Gerais visitados, retomamos a ideia de problematização do acervo como papel fundamental do historiador. De acordo com Ferreira e Johansen (2010):

A história dos museus deve preocupar-se não apenas com o que é preservado, mas também com tudo aquilo que foi excluído das exposições nas instituições museológicas. Assim, é possível perceber quais os interesses políticos e as relações sociais que estão em jogo; em outras palavras, que memória se pretende preservar e quem tem o direito de reconhecer essa memória que será preservada. (FERREIRA, JOHANSEN, 2010, p. 60)

A concepção de museu afirmado pelas autoras expõe de forma precisa a função do mesmo na sociedade, porém, função esta que só passível de ser executada a partir do trabalho do historiador, o profissional que irá desnaturalizar as permanências discursivas museais e objetivar uma instituição que cause uma reflexão histórica quanto ao acervo exposto, gerar indivíduos pensantes. Pois entendemos o museu também como uma forma de propaganda, de vender ideologias e memórias específicas, assim, o lugar do historiador se faz ainda mais necessário.

Como afirma Cerri (2005, p. 320):

A propaganda fala-nos às nossas necessidades imediatas: comer, vestir, deslocar-se, descansar, beber, ainda que com diferentes graus de sofisticação. Mas via de regra faz isso por meio dos desejos que coletivamente nutrimos e que socialmente nos autorizamos a realizar ou pelo menos a continuar desejando (e com isso movendo as nossas vidas em determinados sentidos). E vende, portanto, não apenas macarrão instantâneo em copo, mas também a integração social com os demais jovens; não apenas uma calça, mas a aceitação no grupo e/ou o sucesso sexual e assim por diante. Compram-se, com as coisas, valores pessoais e sociais, idéias, símbolos. Compram-se pedaços de humanidade entremeados nos objetos e serviços. E o sistema funciona tão bem que chegamos a comprar símbolos que nos

permitem acreditar que estamos livres do condicionamento imposto pela mercantilização de tudo.

Por mais que um museu histórico se apresente ou veja a si mesmo como instituição “neutra”, sem ideologias e parcialidades, ele possui um discurso, possui uma visão de mundo. Apenas se ilude o museu que pensa estar isento da influência externa mercadológica, a realidade é que os museus também estão inseridos na mercantilização do indivíduo, e mais grave, na mercantilização da memória.

Nesse cenário pessimista, a presença do historiador nos museus históricos é fundamental, para desconstruir processos de longa duração, problematizar a sociedade, e, mesmo propagando um discurso museal, mostrá-lo de forma reflexiva e digna de questionamentos.

### **Considerações Finais**

A análise aqui discorrida objetivou expor e problematizar o lugar destinado ao historiador nos museus históricos dos Campos Gerais, no entanto, sua aplicabilidade também é possível dentro de outros períodos e espaços cuja figura do historiador esteja igualmente ausente ou diminuta.

Defendendo um campo que nos é próprio, o presente artigo realizou apontamentos que julgou necessário e de acordo com a realidade deste profissional da história na região dos Campos Gerais. Porém, isto não implica em uma conclusão total e autoritária do trabalho, mas a intenção de instigar outros pesquisadores a refletir quanto ao papel do historiador nos museus históricos dos Campos Gerais, que desde o período de visitação aos dias atuais podem ter mudado positivamente.

Outro ponto pertinente a discussão trabalhada é de esclarecermos que entendemos a interdisciplinaridade como fundamental no corpo técnico de um museu histórico, mas acreditamos que o historiador deva ser mais reconhecido – inclusive legalmente – e presente nestas instituições, não apenas relegando a ele o trabalho em arquivos, mas deixá-lo atuar na completude que sua formação lhe confere.

Se a falsa ideia do historiador como sinônimo de arquivista prevalecer nos museus históricos, então, isto implicará que qualquer pessoa possa executar sua tarefa, transformada em algo mecânico e sem metodologia ou teoria. Então, quando o museu

histórico não precisar mais do historiador, qual a necessidade de uma graduação de bacharelado em História? Inclusive, a atual gestão da UEPG pensa na descontinuidade do curso. Por que se preocupar com questões patrimoniais? Para que estudar e escrever produções que nunca serão levadas à sério? Afinal, se a história não precisa ser refletida ou questionada, apenas continuada em seu discurso tradicionalista e elitista de longa duração, então, talvez não haja necessidade do historiador, apenas de museus que reproduzam a mesma memória histórica ano após ano, século após século.

## REFERÊNCIAS:

BERNARDET, Jean-Claude. **O Que é Cinema**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Museus como espaço de interdisciplinaridade e o ofício do historiador. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p.01-07.

CERRI, Luis Fernando. A política, a propaganda e o ensino da história In: **Caderno Cedes**. Campinas, CEDES, 2005, vol. 25, n. 67, p. 319-331.

FERREIRA, Angela Ribeiro; JOHANSEN, Elizabeth. **Oficina de História IV**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

FRAGA, Letícia. Os “holandeses” de Carambeí e suas línguas: um estudo sobre identidade. In: **Estudos Linguísticos**. São Paulo, Grupo de Estudos Linguísticos (GEL), 2011, v. 40, n. 2, p. 1084-1098.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional In: **Estudos Históricos**. São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 1988, v. 1, n. 1, p. 05-27.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Museus históricos: da celebração à consciência histórica. In: **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992, p. 7-10.

OLIVEIRA, Juliane Nascimento. Planejamento e Sustentabilidade em Turismo Rural - Possibilidades de Turismo Rural em Carambeí-PR. In: **V Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**. Foz do Iguaçu, Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional In: **Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, 2008, v. 15, n. 28, p. 187-196.

*Recebido em 17/03/2018*

*Versão corrigida recebida em 12/05/2018*

*Aceito em 27/06/2018*

*Publicado online em 20/09/2018*